

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO
E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

INCLUSÃO ESCOLAR: RETRATOS DE UMA CONSTRUÇÃO

KÁTIA APARECIDA CASTILHO

ORIENTADORA: ELISÂNGELA DUARTE ALMEIDA MUNDIM

ITAPETININGA/2011

KÁTIA APARECIDA CASTILHO

INCLUSÃO ESCOLAR: RETRATOS DE UMA CONSTRUÇÃO

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, da Faculdade UAB/UNB - Pólo de Itapetininga. Orientadora: Professora: Elisângela Duarte Almeida Mundim

BRASILIA / 2011

TERMO DE APROVAÇÃO

KÁTIA APARECIDA CASTILHO

INCLUSÃO ESCOLAR: RETRATOS DE UMA CONSTRUÇÃO

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em ____/____/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

Elisângela Duarte Almeida Mundim
(Orientador)

Vasti Gonçalves de Paula Correia
(Examinador)

Kátia Aparecida Castilho
(Cursista)

DEDICATÓRIA

“Dedico a realização deste trabalho ao enorme esforço empenhado pelos meus pais para me criar e educar, sempre me mostrando o caminho da verdade, da honestidade e do amor. Dedico ainda a meu noivo, que foi alguém que me apoiou, me compreendeu e me incentivou a realizar mais este sonho”.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer que esse trabalho que por muitas vezes pareceu tão solitário, só se tornou possível pela força coletiva de apoio, incentivo, amizade e amor. Infelizmente não há espaço para agradecer nominalmente a todos pela contribuição direta ou indireta, mas com certeza estão no meu coração.

Agradeço primeiramente a Deus, por me dar sabedoria, capacidade para aprender, vontade de sonhar e perseverança para ir atrás dos meus sonhos.

Aos meus pais queridos, Sidney José do Amaral Castilho e Vani Aparecida de Meira Castilho, pois, com a dedicação e o amor que me ofereceram desde o dia em que nasci até os dias de hoje, eu aprendo cada dia mais sobre a vida, e procuro seguir sempre seus passos e orientações que me deram e ainda dão para prosseguirmos com amor, honestidade, coragem e determinação a jornada da vida, sempre pensando, respeitando e amando o próximo.

A minha tia Teresa do Carmo Klein, por todo apoio e incentivo.

Ao meu noivo Leandro Dani Braz Fogaça, pessoa iluminada, onde Deus cruzou nossos caminhos tornando-o apenas um, onde multiplicamos nossas alegrias e dividimos nossas aflições, sempre com muito amor, carinho e compreensão.

Aos meus verdadeiros amigos que sempre estiveram ao meu lado nos momentos bons e ruins, alegres e tristes que passei em minha vida, e que graças a Deus continuam ao meu lado sempre.

Agradeço em especial a tutora Valícia Ferreira Gomes, que foi incentivadora, que ensinou a ter perseverança e jamais desistir.

Agradeço a professora Elisângela Mundim, que me orientou na elaboração desta pesquisa, com enorme paciência e credibilidade.

*(...) O mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não
estão sempre iguais, ainda não foram terminadas - mas que elas vão
sempre mudando. Afinam ou desafinam. (...).*

GUIMARÃES ROSA

RESUMO

CASTILHO, Kátia Aparecida. **Inclusão escolar: Retratos de uma construção.** Monografia de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. UAB/UnB Brasília, 2011.

O presente trabalho aborda as questões que norteiam a aprendizagem e as políticas públicas de inclusão dos portadores de alunos necessidades educativas especiais em escolas regulares. Atualmente no Brasil existem leis que visam garantir que todas as crianças com necessidades educativas especiais estejam incluídas no sistema regular de ensino, porém, existem inúmeras dúvidas que deverão ser sanadas para que, talvez, futuramente tenhamos realmente uma política inclusiva. Em sala de aula, o professor é o primeiro a sentir os efeitos das leis promovidas ao redor deste tema, é ele quem recebe o portador de necessidades educativas especiais, é responsável por sua interação com os demais alunos em classe e com o desempenho e evolução em sua aprendizagem. Na prática, ainda se tem muitas dúvidas quanto à melhor pedagogia a ser adotada, a socialização desses novos alunos, a recepção e distribuição destes em salas de aula. A Epistemologia Qualitativa foi utilizada para compreender as informações construídas em um processo participativo. Participaram da pesquisa pais, alunos e professores da rede Municipal de Itapetininga. Este estudo buscou, através de pesquisas bibliográficas, fundamentações teóricas e pesquisas de campo, contribuir para a reflexão dos professores sobre sua formação e qualidade das interações entre professor e aluno, visando à aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais. Portanto, o objetivo do estudo nos possibilita a compreensão de como cinco escolas da rede municipal de Itapetininga estão realizando o processo de inclusão dos/as alunos/as com necessidades especiais e se essa proposta tem a finalidade de desenvolver e promover as habilidades do/as aluno/as, oferecendo a oportunidade de estarem inseridos não apenas no ambiente escolar, mas na sociedade como todo.

Palavras-Chave: inclusão, prática docente e política educacional.

SUMÁRIO

RESUMO	6
APRESENTAÇÃO	8
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
1.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM BREVE HISTÓRICO	10
1.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PRESSUPOSTOS BÁSICOS	11
1.3 INCLUSÃO NA ESCOLA	12
1.4 A INCLUSÃO DE ACORDO COM A L.D.B.	14
1.5 SERVIÇOS DE APOIO À INCLUSÃO ESPECIFICADOS NA L.D.B	16
1.6 ESPECIALIZAÇÃO DO PROFESSOR NECESSÁRIA PARA A INCLUSÃO	18
1.7 AÇÕES E ADAPTAÇÕES CURRICULARES NECESSÁRIAS PARA QUE ACONTEÇA A INCLUSÃO	20
2. OBJETIVOS	22
3. METODOLOGIA	23
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
4.1. Procedimentos de Construção e Análise de Dados	27
5. CONCLUSÃO	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39
APÊNDICES	44

APRESENTAÇÃO

Este trabalho acadêmico investigou o processo de inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais, em escolas públicas municipais de ensino regular. Baseando-se nos princípios de “igualdade de oportunidades” e “educação para todos”, de forma que os questionamentos e observações advindas de minha experiência levam a reflexão sobre a inserção e permanência à escolarização dos alunos com necessidades especiais, contrastando a realidade pesquisada e observada com as leis como a Lei de Salamanca. Da mesma forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20/12/96, a maioria das crianças portadoras de necessidades especiais passam a ser atendidas na escola regular com exceção de algumas delas que prosseguirão sua escolaridade em instituição ou classes especiais, quando sua deficiência é muito comprometida dificultando assim sua inclusão.

Segundo Scotti (1999 p. 20) “A educação deve ser, por princípio liberal, democrática e não doutrinaria. Dentro desta concepção o educando é, acima de tudo, digno de respeito e do direito à educação de melhor qualidade.”

Desde a antiguidade até os dias atuais as sociedades demonstram dificuldades em lidar com as diferenças entre as pessoas e de aceitar as deficiências. Isso em todas as culturas, níveis sociais e econômicos, apenas variando a forma de conceber a deficiência e lidar com seus portadores.

Podemos então perceber que ao longo do percurso histórico da educação especial ocorreu a substituição da cultura segregacionista para uma cultura integradora, o que provocou e ainda tem provocado a superação de antigas concepções, levando ao contexto atual de escola inclusiva, onde na verdade, o que podemos esperar de hoje é o foco pedagógico na inclusão, em que profissionais trabalhem com as capacidades e habilidades das pessoas portadoras de necessidades especiais. A sociedade deve ser aberta a todos e não deve apresentar barreiras a ninguém.

Desta forma, a monografia está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta a fundamentação teórica onde enfatiza como ocorre a inclusão de portadores de necessidades especiais na classe regular, relação professor/ aluno, aluno/aluno escola/família, a formação de profissionais e serviços especializados

disponíveis para esses professores. Esse capítulo busca ressaltar que a inclusão é uma atitude de aceitação das diferenças, não uma simples colocação de alunos com deficiência em sala de aula.

O segundo capítulo apresenta a Metodologia. A epistemologia utilizada foi a Qualitativa, Optei pelo método do estudo de caso, pois no decorrer do desenvolvimento da pesquisa permite evidenciar os elementos que caracterizam a realidade observada.

O terceiro capítulo apresentam as análises dos resultados e as construções das informações. Essas informações foram obtidas através de observação em sala, e encontros com os sujeitos pesquisados a partir de interações com questionamentos e debates.

As considerações finais permitem visualizar que a criança com necessidades especiais necessita de uma educação que leve à efetivação de uma vida de qualidade, e para isso, a escola precisa assumir o seu compromisso educacional.

Segundo Beyer (2006) é um desafio construir e pôr em prática essa pedagogia, que atenta a todos os/as alunos/as e suas necessidades. Para isso, é preciso que a escola utilize uma pedagogia diferenciada, que respeite o direito de cada um.

Cabe ressaltar, aos professores que poderiam realizar o seu trabalho com melhor desempenho, indicando bom aproveitamento escolar e adequação da proposta em vários aspectos.

Todavia, a capacitação dos profissionais envolvidos precisa ainda ser oferecidas, já que as adequações pedagógicas e curriculares ainda se mostram incipientes em várias áreas, e a formação dos educadores mostra-se complexa exigindo muita reflexão e aprofundamento, pois o espaço escolar é rico e cheio de situações imprevisíveis.

Sendo assim, para que seja efetivada realmente a inclusão escolar, é necessário que a, família, comunidade, escola e demais funcionários, se envolvam nesse processo de inclusão, pois sabemos que não será rápido, porém necessário se queremos uma sociedade mais justa e respeitosa.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM BREVE HISTÓRICO

Para compreendermos os mitos, preconceitos e até mesmos os conceitos que a sociedade tem em relação à deficiência, é necessário um resgate do contexto histórico brasileiro de como a sociedade foi modificando seu olhar para a questão das necessidades especiais.

A educação especial no Brasil inicia-se no século XIX, quando alguns brasileiros, inspirados em ações europeias e norte americanas, se mobilizam em direção a implementação das ações com o objetivo de atender pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais. No final do período Colonial dá-se inicio a educação especial no Brasil, com a criação do Instituto para meninos no cego, na cidade do Rio de Janeiro. Segundo Pessotti (1984) no período Republicano não houve tipo de atendimento especializado, em 1889, havia no país seis instituições de ensino atendendo deficientes físicos, auditivos e visuais, os deficientes mentais eram isolados em institutos psiquiátricos.

Em 1920 acontece a criação da primeira instituição privada preocupada com o deficiente mental. Aos poucos surgem os movimentos que resultam no aparecimento de instituições especializadas no atendimento ao portador de deficiências, de forma autônoma e de caráter filantrópico que são as APAES (Associação de Pais dos Excepcionais), que se tornaram a maior prestadora de serviço na educação e habilitação das pessoas com necessidades especiais em todo País. Assim permanecendo até 1990, quando o MEC começa a considerar a educação especial como vinculada ao contexto de “educação para todos”, após o documento desenvolvido e intitulado Declaração Mundial sobre a Educação para Todos, que buscou garantir a igualdade de acesso à educação a pessoas com qualquer tipo de limitação.

Percebe-se, todavia que a partir da década de 90, as discussões referentes à educação das pessoas com necessidades especiais, tomam uma dimensão maior. No Brasil mais recentemente podemos evidenciar a última LDB 9.394/96 que em seu Capítulo V, aponta que a educação dos portadores de necessidades especiais deve-se dar preferencialmente na rede regular de ensino, o que significa uma nova forma de entender a educação de integração dessas pessoas.

Sendo assim a educação passa por transformações a educação especial visava uma cultura segregacionista hoje é proposta uma cultura integradora, hoje o sistema educacional brasileiro defende uma educação para todos por meio de uma escola heterogênea, pluralista e acolhedora, independente de suas diferenças.

Portanto a educação inclusiva desloca o enfoque individual, centrado no aluno, para a escola, reconhecendo no seu interior a diversidade de diferenças individuais, físicas, culturais e sociais.

Entretanto durante séculos, os deficientes viveram sob preconceito, à margem da sociedade. A história da educação especial no Brasil mostra toda evolução na conquista dos direitos, hoje bem sintetizados, porém nem sempre cumpridos, pois sabemos que para o educando que possui necessidade especial, é necessário que se desenvolva um trabalho diferenciado. Portanto, a educação especial é um processo que tem por finalidade promover o desenvolvimento das potencialidades dos alunos, fundamentando-se em referenciais teóricos e práticos, de acordo com o tipo de necessidade de cada aluno.

1.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PRESSUPOSTOS BÁSICOS

Podemos observar que no decorrer do século XX avanços significativos foram conquistados, e hoje, já no século XXI, vivemos a etapa do direito de ser diferente, de viver e conviver, sendo essa etapa chamada de inclusão

Portanto o termo “inclusão” é visto como uma evolução da proposta de integração. Na inclusão buscam-se a adaptação dos ambientes físicos e a adequação dos procedimentos educativos com o propósito de atender a diversidade dos alunos.

Pode dizer-se que inclusão é a palavra que hoje pretende definir igualdade, fraternidade, direitos humanos ou democracia (WILSON, 2000), conceitos que defendemos, mas que não sabemos ou não queremos pôr em prática. A inclusão escolar teve as suas origens no centro das pessoas em situação de deficiência e insere-se nos grandes movimentos contra a exclusão social, como é o caso da emancipação feminina, tendo como princípio a defesa da justiça social, celebrando a diversidade humana (AINSCOW & FERREIRA, 2003). Por isso, muitos pensam que a inclusão escolar é para os jovens em situação de deficiência, mas não, ela deve contemplar todas as crianças e jovens com necessidades educativas.

Reconhecer que as crianças podem aprender juntas, mesmo com objetivos e processos diferentes leva os professores a estabelecer formas criativas de atuação com as crianças com necessidades especiais e incentiva o atendimento integrado ao professor de classe comum.

A grande questão que se apresenta com base nesse novo olhar para o diferente é que, para oferecer uma educação de qualidade para todos os educandos, o que inclui os alunos com necessidades especiais, a escola precisa capacitar seus professores, preparar-se e buscar adaptar-se para esse fim. Por isso, de acordo com o documento do MEC, a inclusão não significa apenas matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, mas significa dar ao professor e a escola o suporte necessário para toda ação pedagógica (BRASIL, 1999). A Constituição Federal, em seu artigo 208, estabelece o direito das pessoas com necessidades especiais receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988). Ficando clara a proposta para a plena integração das pessoas com necessidades especiais em todas as áreas da sociedade, destacando-se dois direitos: o direito a educação comum a todas as pessoas e o direito de receber essa educação sempre que possível nas classes regulares de ensino.

Sendo a inclusão um processo constante que precisa ser continuamente revisto. Sendo necessária a implementação de uma pedagogia que é capaz de educar com sucesso todos os educandos, mesmo aqueles comprometidos, isto é, oferecer às pessoas com necessidades especiais as mesmas condições e oportunidades sociais, educacionais e profissionais acessíveis as outras pessoas, respeitando-se as características específicas de cada um.

Logo a Educação Inclusiva deve reconhecer as diferenças humanas como normais e a aprendizagem centrada nas potencialidades do sujeito, introduzindo na escola uma cultura de respeito e de mudança de atitude perante o diferente.

1.3 INCLUSÃO NA ESCOLA

A inclusão da pessoa portadora de necessidades educacionais especiais na escola tem como objetivo favorecer um ambiente de convívio menos restritivo possível, que dê oportunidade a um processo dinâmico e flexível de participação em todos os níveis sociais. Portanto é fundamental para escola participar na construção de um ambiente democrático, a prática de Inclusão propondo um modo de interação

social, no qual há uma transformação de valores e atitudes que exige mudanças na estrutura da sociedade e da escola. De acordo com Jover (1999, p.13):

Estudantes com deficiência: aprendem a gostar da diversidade; adquirem experiência direta com as várias capacidades humanas; demonstram melhor aprendizado através do trabalho em grupo, com outros deficientes ou não; entendem que não diferentes, mas não inferiores. Estudantes sem deficiência: têm acesso a vários papéis sociais; perdem o medo e o preconceito em relação ao diferente; adquirem grande senso de responsabilidade e melhoram o rendimento escolar; são bem mais preparados para a vida adulta; assimilam que as pessoas, as famílias e os espaços sociais são homogêneos e que diferenças são enriquecedoras para o ser humano.

Assim sendo o olhar da escola inclusiva deve estar focado no desenvolvimento de um sistema que leve em conta a necessidade de todos os alunos e na busca de se estruturar em função disso.

De acordo com Oliveira (2005, p.76), uma escola inclusiva deve ter como objetivos: integração das pessoas com deficiência a sociedade; expansão do atendimento as pessoas com deficiência na rede regular de ensino; ingresso em turmas regulares sempre que for possível; apoio o sistema regular para criar condições de integração; conscientização da comunidade escolar para a importância da presença do aluno com deficiência em sala regular; integração técnica-pedagógica entre os educadores que atuam, mas salas de aula do ensino regular e os que atendem a sala de educação especial; integração das equipes de planejamento da educação comum com educação especial, em todas as instâncias administrativas e pedagógicas do sistema educativo; desenvolvimento de ações integradas nas áreas de ação social, educação, saúde e trabalho.

Diante dos objetivos propostos nos fica claro que um sistema educacional que oferece a possibilidade de inclusão baseia-se no princípio de que todas as crianças conseguem aprender, participar de atividades curriculares, e precisam receber programas educativos relevantes as suas necessidades. Portanto a proposta da educação inclusiva produziu mudanças fundamentais nos valores e normas sociais, trazendo novos desafios às escolas comuns, especiais e a sociedade em geral.

Sendo assim em uma escola inclusiva só pode existir através de uma educação inclusiva, uma educação em que a heterogeneidade do grupo não é mais um problema, mas um grande desafio à criatividade e ao profissionalismo dos

profissionais da educação, gerando e gerindo mudanças de mentalidades, de políticas e de práticas educativas.

1.4 A INCLUSÃO DE ACORDO COM A L.D.B.

A política nacional para implementação da educação inclusiva vem sendo construída por meio de ação compartilhada entre profissionais, pais, instituições educacionais e comunidade traçando dessa forma, novos rumos para o ensino especial e regular, que passam a integrar a educação infantil. As inúmeras discussões desenvolvidas no Brasil, nos últimos anos, acerca do papel que a educação infantil deve exercer no desenvolvimento da criança tiveram como resultado o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil- RCNEI (1998).

A Secretaria de Educação Especial tem participado desse processo, manifestando sua preocupação com a educação da criança com necessidades educacionais especiais. Nesse contexto, essa Secretaria às instituições de educação infantil (creches e pré-escolas) algumas ações que consideram importantes quanto recursos de apoio à educação das crianças, ressaltando que o RCNEI apresenta características relevantes e propiciadoras à prática de uma educação inclusiva.

A escola encontra-se perante um desafio: conseguir que todos os alunos tenham acesso à educação básica, por meio da inclusão escolar, respeitando as diferenças culturais, sociais e individuais, que podem configurar as necessidades educacionais especiais.

Certas necessidades educacionais são comuns a todos os alunos e os professores conhecem muitas estratégias para dar-lhes respostas. Outras necessidades educacionais podem requerer uma série de recursos e apoio de caráter mais especializado para que o aluno tenha acesso ao currículo. Uma criança com deficiência visual, por exemplo, não teria problema para aprender matemática, português, ciências, se lhe fosse ensinado o Braille ou lhe fossem proporcionados recursos ópticos e materiais específicos. Algumas necessidades educacionais requerem mais tempo para aprender conteúdos; outras como as dos surdos requerem a utilização de outros recursos (como a língua de sinais) para se permitir o acesso aos conteúdos.

Em 1990 surge o movimento em prol da sociedade inclusiva iniciado pelas

Nações Unidas, mediante Resolução desse organismo em defesa de uma Sociedade para Todos, configurando assim a normativa universal que fundamenta a implantação da inclusão. Essa abrangência foi definida no âmbito educacional, em 1994, através do conhecido Encontro de Salamanca (Espanha) resultando o documento “Declaração de Salamanca”, assinado por diversos países. Tal documento, que marcou época, determina a transformação das instituições educacionais em “Escolas para Todos”, que têm como princípio orientador a inclusão de todo aluno, em seu contexto educacional e comunitário.

O modelo anterior propunha uma visão assistencialista, de educação compensatória e preparatória. Contrapondo com esse pensamento, surge a visão integral do desenvolvimento, na qual o aluno é considerado como pessoa autônoma, inserida num determinado contexto sócio, histórico e cultural.

Nessa Declaração fica presente a necessidade de implantação de uma Pedagogia voltada para a diversidade e necessidades específicas do aluno em diferentes contextos, com a adoção de estratégias pedagógicas diferenciadas que possa beneficiar a todos os alunos.

A LDB estabelece os rumos e os fundamentos da educação brasileira, reconhecendo a importância da educação especial, como mostra o Capítulo V, artigos 58, 59 e 60, a lei indica manter o atendimento da educação especial em um só sistema de ensino, mas com possibilidades de atendimento em lugares direcionados, como o atendimento em escolas especiais para alunos que, em razão do grau de dificuldades, exigem adaptações significativas no currículo, que a escola comum não pode proporcionar.

Essa lei se torna muito importante para educação inclusiva, pois ela instituiu a obrigatoriedade de o portador de necessidades educacionais especiais frequentar a rede regular de ensino ao mesmo tempo estabelece a criação de serviços de apoios especializados nas escolas regulares.

Nessa nova perspectiva, a educação assume as funções: social, cultural e política, garantindo dessa forma, além das necessidades básicas (afetivas, físicas e cognitivas) essenciais ao processo de desenvolvimento e aprendizagem, a construção do conhecimento de forma significativa, através das interações que estabelece com o meio.

A escola inclusiva promove a oportunidade de convívio com a diversidade e singularidade, a participação de alunos e pais na comunidade de forma aberta,

flexível e acolhedora.

Os dois conceitos que permeiam o cotidiano escolar referem-se à integração e à inclusão. O primeiro comprehende o sentido de incorporação gradativa em escolas regulares, podendo o aluno permanecer parte do tempo em escolas ou classes especiais e sala de recursos. O segundo, da inclusão, é definido por um sistema educacional modificado, organizado e estruturado para atender as necessidades específicas, interesses e habilidades de cada aluno. Essa última abordagem requer uma prática pedagógica dinâmica, com currículo que conte com a criança em desenvolvimento, os aspectos de ação mediadora nas inter-relações entre a criança, professores e seus familiares, atendendo às suas especificidades no contexto de convivência (MITTLER,2003).

A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino parte do pressuposto da própria natureza da escola comum, segundo a qual todos os meninos e meninas de uma comunidade têm o direito de estudar juntos na mesma escola. É importante ressaltar que a escola não pode exigir requisitos, nem selecionar as crianças para fazer a matrícula.

1.5 SERVIÇOS DE APOIO À INCLUSÃO ESPECIFICADOS NA L.D.B

Ressalta Mantoan (1997) que a inclusão é a fusão do ensino regular com o especial. A meta de inclusão é não deixar ninguém fora do sistema escolar. Mas para que isso ocorra é necessário que recursos físicos e meios materiais para a efetivação de um processo escolar de qualidade cedam prioridade para o desenvolvimento de novas atitudes e formas de interação e mudanças no relacionamento pessoal e social. Para que a inclusão de alunos com deficiência aconteça, é fundamental que os professores sintam-se apoiados e subsidiados tecnicamente na tarefa de incluir esses alunos no cotidiano da sala de aula regular.

A Educação Especial poderá ter equipe itinerante para prestar assistência técnica e pedagógica aos centros de educação , quando houver crianças com necessidades educacionais especiais. Essa equipe deve ser constituída, preferencialmente, por:

- Professor, especializado em educação especial;
- Psicólogo, preferencialmente especializado em Psicologia Escolar aplicada à educação especial;

- Fonoaudiólogo, com especialização ou experiência no atendimento de crianças com necessidades educacionais especiais;
- Fisioterapeuta, com experiência em habilitação ou reabilitação de crianças com deficiências físicas, sensoriais e neuromotoras;
- Equipe médica composta por pediatra ou neuropediatra, oftalmologista, otorrinolaringologista, com experiência em diagnóstico e tratamento de crianças com necessidades educacionais especiais.

Os serviços prestados pelas quatro últimas categorias de profissionais poderão ser solicitados à área de saúde por meio de parcerias, acordos de cooperação técnica, convênios, entre outros.

Na impossibilidade de se dispor dessa equipe em cada município, sugere-se a organização de equipes estaduais ou regionais que atuem de forma itinerante, prestando assim apoio ao atendimento educacional às crianças com necessidades educacionais especiais nos centros de educação.

Para facilitar o eficaz desenvolvimento das atividades da equipe itinerante e propiciar a mutua cooperação dos profissionais é necessário especificar as funções de cada área, a fim de evitar duplicidade de orientação ou ocorrência de instruções conflitantes.

Funções comuns aos membros da equipe:

- Participar da avaliação das crianças que se encontram em atendimento especializado e estão no ensino regular;
- Prestar informações e orientações à família e à comunidade escolar;
- Integrar os resultados de cada campo profissional em parecer conjunto;
- Elaborar relatórios sobre os resultados da avaliação e da orientação efetuadas nas instituições visitadas;
- Tomar parte ativa nos programas individuais destinados à criança e à família, de acordo com o campo específico de atuação profissional;
- Propiciar a complementação do atendimento, sempre que necessário, por meio do encaminhamento a outros profissionais ou a outros atendimentos disponíveis na comunidade;
- Participar efetivamente das reuniões da equipe, com vistas a acompanhar o desenvolvimento da criança e atualizar o programa de intervenção;
- Participar da divulgação dos programas de atendimento e apoio às

crianças com necessidades educacionais especiais;

- Participar de grupos de estudo, cursos de formatação profissional (pós-graduação e outros) com objetivo de manter-se atualizado nas questões referentes à educação de crianças com necessidades educacionais especiais;
- Orientar e supervisionar as atividades realizadas por estagiários no campo de sua especialidade profissional;
- Zelar pelo estrito cumprimento dos princípios de ética profissional, tanto nos aspectos referentes à intimidade e privacidade das crianças e de suas famílias, quanto no que se refere a outros direitos.

1.6 ESPECIALIZAÇÃO DO PROFESSOR NECESSÁRIA PARA A INCLUSÃO

O papel do professor terá de presumir ser transmissor do saber, cabendo a ele disseminar a forma como se utilizará das informações vindas de outros. Assim, este novo professor terá de ser aberto a novos paradigmas que estarão além dos mais modernos que já conhecemos. Deste modo o professor volta às suas origens realizando sua primitiva vocação tecer as tramas do desenvolvimento individual e coletivo.

Atribui-se aos professores, de acordo com Alarcão (2001, p.11-12), um novo papel como atores sociais responsáveis em sua autonomia, críticos em seu pensamento, exigentes em sua profissionalidade coletivamente assumida. Ao mesmo tempo, impõe-se uma nova forma de gestão, em que os dirigentes escolares assumam uma liderança mobilizadora de vontades e idéias partilhadas e efetiva gestão de serviços e recursos.

Para se incluir crianças com necessidades especiais no ensino regular, deve-se pensar em uma preparação para os profissionais que irão estar envolvidos nesse processo, principalmente o educador que irá contactar diretamente com essas crianças, desta forma, o desenvolvimento de seus conhecimentos e habilidades facilitarão a sua prática pedagógica na identificação precoce, avaliação e estimulação dessas crianças desde a pré-escola, com o auxílio de um programa assistencial infantil que atendesse a criança de 0 (zero) a 6 anos de idade no sentido de promover o desenvolvimento físico, intelectual, social e a prontidão para a escolarização.

A atuação e a forma de tratamento do aluno da Escola Inclusiva é diferente

na sua forma de tratamento em relação as escolas tradicionais. Uma das diretrizes elaborada para essa instituição é a de que os professores mantenham uma maior proximidade com os alunos, focando, assim, a captação das suas maiores dificuldades, como por exemplo, qual o facilitador para um maior entendimento das aulas. Onde o resultado esperado é um maior nível de aprendizagem.

A inclusão surge no cenário educacional como uma nova perspectiva que envolve rever concepções a respeito da educação, do ensinar e do aprender. Com ela emergem vários questionamentos sobre o que fazer e como fazer. Em meio a isso, o professor, é levado a questionar-se sobre os saberes necessários para trabalhar com crianças com necessidades educacionais especiais, considerando que não dispõe de formação para tal.

O sucesso do processo de aprendizagem depende do projeto de inclusão, com trabalho cooperativo entre o professor regular e o professor especializado que é o educador com especialização para atuar com crianças com necessidades educacionais especiais, na busca de estratégias de ensino, alternativas metodológicas, modificações, ajustes e adaptações na programação e atividades;

O plano de aula dos alunos com necessidades especiais são traçados em conjunto, visando duas etapas, a inclusiva e a de aprendizagem. E de acordo com o desenvolvimento individual ou da turma, a estratégia de ensino é ajustada para o alcance do objetivo inicial proposto.

A inclusão traz a tona à questão de que os professores não estão prontos, formados, fazendo enxergar que sempre tem algo a aprender e que essa aprendizagem é diária e tem que fazer parte do cotidiano.

Em todos os segmentos profissionais, a formação é um processo diário e para toda a vida. Na docência, este quadro não é diferente, o professor tem que focar a aprendizagem permanente, estruturar seus saberes e consolidar sua trajetória. Porque ela é permanente, se faz de diversas formas, e é adquirida em lugares distintos.

Segundo Tardif (2002), essa concepção de formação que o professor traz remete à aquisição dos saberes a qual apresenta fontes de aquisição relacionadas à história de vida, à família, à escola, às instituições formadoras, aos materiais didáticos e à prática.

De acordo com essa tipologia os saberes dos professores possuem várias fontes de aquisição e diferentes modos de integração no trabalho docente, os

professores devem ter em mente que precisam estar em constante formação, indo sempre em busca de novos conhecimentos que irá auxiliar no desenvolvimento dos seus alunos

Portanto, para que se pratique uma pedagogia inclusiva é necessário que se tenha em mente: Estimule tanto o trabalho individual quanto as atividades grupais, pois a combinação de ambos ajuda no desenvolvimento de responsabilidades e da consciência de que o saber é resultado da produção coletiva; Promova a construção ativa do conhecimento, contra a idéia de fornecer o ensinamento, infelizmente comum nas culturas escolar e familiar; Ofereça ajuda mútua e solidariedade. Recuse o espírito de competição e concorrência no ato de aprender. Lembre que a noção de incompletude (ninguém é autossuficiente) é essencial entender as diferenças; Diga não a todo tipo de generalização. Refute o conceito de diferença associado à desigualdade; uns são superiores aos outros.

Uma escola para todos os combates as atitudes corporativistas, que distorcem o sentido da inclusão para proclamar os direitos de grupos, como o de professores especialistas e alunos especiais.

Conclui-se que as diferenças devem ser reconhecidas e valorizadas para que todos participem efetivamente da vida em sociedade.

1.7 AÇÕES E ADAPTAÇÕES CURRICULARES NECESSÁRIAS PARA QUE ACONTEÇA A INCLUSÃO

Para que a educação inclusiva aconteça efetivamente foram necessárias as adaptações curriculares o MEC/SEF/SEESP, fizeram adaptações curriculares com o objetivo de orientar a educação especial bem como promover o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos que apresentam necessidades especiais, orientando a elaboração do projeto pedagógico e o modo de implementar práticas inclusivas no sistema escolar. Essas adaptações vão de simples ajustes no plano de aula do professor até a organização de um plano de ensino individualizado que se diferencia do trabalho realizado com os demais alunos.

Portanto o processo de organização de uma adaptação curricular deve ser realizado de modo cauteloso sempre considerando a real necessidade do aluno, a relação entre o nível de competência curricular do aluno e a resposta curricular, permanecerem aberto para alterações respeitando o desenvolvimento humano.

Algumas adaptações curriculares efetivas são: abertura para flexibilização (objetivos, conteúdos, metodologias, organização,...) em função do conhecimento da diversidade de seus alunos, planejamento da realização de análise institucional, sistemática, do contexto escolar, de forma a identificar os elementos que interferem no ambiente escolar inclusivo.

Considerando então que é necessárias adaptações podemos concluir que para que essas adaptações possam ser de efetivo valor, os professores precisam conhecer seus alunos e se informar sobre suas necessidades para planejar seu trabalho de modo produtivo a todos. Sendo então sua tarefa levar em consideração a diversidade dos alunos presentes em sua sala de aula, buscando sempre a formação continuada, com o objetivo de conhecer os fundamentos e possibilidades dessa prática com os alunos portadores de necessidades especiais.

2. OBJETIVOS

Objetivos Gerais

- Investigar como ocorre a inclusão do educando com necessidades especiais em classe de ensino regular para que possa adquirir incentivo à autonomia e o espírito crítico, criativo e passe a exercer a sua cidadania.

Objetivos específicos

- Verificar se ocorre a formação continuada docente e o impacto dessa formação continuada docente na qualidade das interações entre professores e educandos com necessidades especiais;
- Pesquisar se as adaptações curriculares propostas ocorrem e se favorecem o desenvolvimento e o aprendizado dos educandos com necessidades especiais;
- Observar se os serviços educacionais especializados disponíveis na escola proporcionam níveis qualitativos de aprendizagem e desenvolvimento para os educandos com necessidades especiais.

3. METODOLOGIA

O objetivo central dessa pesquisa foi Investigar como ocorre a inclusão do aluno com necessidades especiais em classe de ensino regular para que possa adquirir incentivo à autonomia e o espírito crítico, criativo e passe a exercer a sua cidadania.

A temática desse estudo não permite enfoque quantitativo, por essa razão escolhi a Epistemologia Qualitativa.

"A epistemologia qualitativa é um esforço na busca de formas diferentes de produção do conhecimento na Psicologia que permitam a criação teórica acerca da realidade plurideterminada, diferenciada, irregular, interativa e histórica, que representa a subjetividade humana" (González Rey, 1999, p.35).

A abordagem qualitativa foi escolhida, pois proporciona a interação, considera a subjetividade dos sujeitos, permite compreender os resultados individualizados, compreender os múltiplos aspectos da realidade. Minayo (1999) diz que a abordagem qualitativa não pode pretender o alcance da verdade, com o que é certo ou errado; deve ter como preocupação primeira a compreensão da lógica que permeia a prática que se dá na realidade.

Local da Pesquisa: Cinco escolas municipais de ensino infantil e fundamental I de Itapetininga.

Sujeitos da Pesquisa:

Os participantes foram os alunos da rede municipal, professores e pais, utilizei nomes fictícios para preservar a identidade dos participantes da pesquisa, em cada escola procurei observar uma sala com o maior número de crianças de Inclusão.

Escola	Professora	Série	Aluno-1 Idade/ Deficiência	Aluno-2 Idade/ Deficiência	Aluno-3 Idade/ Deficiência
A	Flávia Barbosa 32 anos Professora: efetiva	Minimaternal	Ana Júlia deficiente auditiva 4 anos Mãe : Maria 33 anos	Yasmin Autista 4 anos Pai: Pedro 40 anos	João Deficiente intelectual 4 anos Mãe: Olivia 35 anos

B	Profª Regina Bodo de 47 anos com vinte anos efetiva	Jardim	Acácio deficiente intelectual muito agressivo e agitado tem 6 anos Mãe: Laura: 42 anos	André cadeirante de 6 anos. Pai: Paulo 39 anos.	Ana Luiza deficiente visual com quase 7 anos Mãe: Júlia 35 anos
C	Michele Aguiar de 34 anos, professora efetiva	2ºano	Aline com síndrome de Down com 9 anos. Mãe: Tereza 38 anos	Thales deficiente intelectual de 8 anos Mãe: Cláudia 35 anos.	Pedro deficiente auditivo de 9anos Pai: Bruno 37 anos
D	Profa Cláudia Viana de 46 anos professora eventual.	4º ano	Pedro deficiente auditivo de 13 anos. Pai: João 37 anos.	Carlos com Síndrome de Down de 12 anos. Pai: Leandro 39 anos.	
E	Profº Fabrício Soares de 26 anos trabalha com sala de recurso ele atende 12 alunos de classes regulares que frequentam a sala em período alternado	Sala de recurso	Júlia autista de 9 anos. Mãe: Ana 39 anos.	Isabella deficiente intelectual de 7 anos. Pai: Daniel 45 anos.	Pedro com Síndrome de Down de 10 anos. Pai: Samuel 36 anos.

Caracterização do Local da Pesquisa

As escolas selecionadas foram:

Escola A: a escola se localiza na periferia, conta com quatro salas de Minimaterno e dois berçários totalizando 100 alunos, possuindo o seguinte quadro de funcionários:

- 1 Diretora
- 1 Coordenadora Pedagógica
- 4 Professoras efetivas
- 8 Auxiliares de Educação
- 2 Merendeiras
- 2 Faxineiras

Escola B: a escola se localiza na periferia, conta com doze salas, sendo dois jardins, dois 1ºano, dois 2ºano e dois 3º ano, dois 4º ano e dois 5º ano, totalizando 380 alunos, possuindo o seguinte quadro de funcionários:

- 1 Diretora
- 1 Vice- diretora
- 1 Secretária
- 1 Coordenadora Pedagógica
- 10 Professoras efetivas
- 2 Professoras eventuais
- 6 Auxiliares de Educação
- 4 Merendeiras
- 4 Faxineiras

Escola C: a escola se localiza no centro, conta com oito salas, sendo, dois 2º ano e dois 3º ano, dois 4º ano e dois 5º ano, totalizando 275 alunos, possuindo o seguinte quadro de funcionários:

- 1 Diretora
- 1 Secretária
- 1 Coordenadora Pedagógica
- 6 Professoras efetivas
- 2 Professoras eventuais
- 4 Auxiliares de Educação
- 3 Merendeiras
- 3 Faxineiras

Escola D: a escola se localiza no centro, conta com dez salas, sendo, dois 1º ano, dois 2º ano e dois 3º ano, dois 4º ano e dois 5º ano, totalizando 320 alunos, possuindo o seguinte quadro de funcionários:

- 1 Diretora
- 1 Vice-diretora
- 1 Secretária
- 1 Coordenadora Pedagógica
- 6 Professoras efetivas
- 4 Professoras eventuais

- 6 Auxiliares de Educação
- 3 Merendeiras
- 4 Faxineiras

Escola E: a escola se localiza na periferia, conta com doze salas, sendo dois jardins, um 1º ano, dois 2º ano e dois 3º ano, dois 4º ano, dois 5º ano e uma sala de recurso, totalizando 370 alunos, possuindo o seguinte quadro de funcionários:

- 1 Diretora
- 1 Vice- diretora
- 1 Secretária
- 1 Coordenadora Pedagógica
- 11 Professoras efetivas
- 1 Professora eventual
- 7 Auxiliares de Educação
- 4 Merendeiras
- 4 Faxineiras

INSTRUMENTOS DE PESQUISA

A pesquisa qualitativa na construção da informação surge ao longo do processo de construção e permite interpretar e acompanhar todos os momentos da pesquisa.

Dessa forma o estudo de caso torna-se adequado para este trabalho devido a sua caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisas que coletam e registram dados de um caso particular ou de vários casos a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência, ou avaliá-la analiticamente, objetivando tomar decisões a seu respeito ou propor uma ação transformadora. (CHIZZOTTI, 1995, p. 102).

O estudo foi realizado de maneira direita, junto às próprias fontes informativas participaram quatorze alunos, cinco professores e quatorze pais, com o uso de questionários como instrumento de coleta de dados, entrevistas estruturadas e observação. Ocorreram quatro encontros com os pais e professores na biblioteca das escolas, pois era o ambiente disponível para nossos encontros. Os alunos observei em sala de aula durante três meses alternando os dias da semana.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Realizei pesquisa de Campo, com entrevistas e observações em sala, para constatar como está ocorrendo à inserção de alunos com necessidades especiais em salas do ensino regular, entrevistei quatorze (14) educandos e cinco (5) educadores da rede pública municipal e quatorze (14) pais e responsáveis pelos alunos portadores de necessidades especiais.

Sendo assim utilizei- me das leis municipais da rede Municipal de Itapetininga que traz em sua legislação orgânica sobre a Educação:

Da Educação (NR dada pela Emenda nº 23, de 22 de novembro de 2010)

Art. 196. A educação é direito de todos e dever do Município, da família e da comunidade.

Parágrafo único. O ensino ministrado nas escolas municipais é obrigatório e gratuito, e observará os princípios constantes do art. 206, da Constituição Federal.

Art. 197. O Município manterá:

I - ensino fundamental obrigatório e gratuito; (NR dada pela Emenda nº 23, de 22 de novembro de 2010).

I-A - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. (Aumentado pela Emenda nº 23, de 22 de novembro de 2010).

II - atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; (NR dada pela Emenda nº 23, de 22 de novembro de 2010).

III - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até cinco anos de idade; (NR dada pela Emenda nº 23, de 22 de novembro de 2010).

IV - ensino noturno regular, adequado às condições do educando.

V - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de fornecimento de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (NR dada pela Emenda nº 23, de 22 de novembro de 2010).

VI - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um. (Aumentado pela Emenda nº 23, de 22 de novembro de 2010).

Art. 198. O Poder Público Municipal organizará, em regime de colaboração com o Estado e a União, seu Sistema de Ensino, levando-se em conta os princípios de descentralização e as normas das diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 199. O Plano Municipal de Educação, estabelecido em lei municipal, é de competência do Poder Executivo, elaborado sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, a partir do diagnóstico das necessidades levantadas pela Plenária e após aprovação do Conselho Municipal de Educação. (NR dada pela Emenda nº 23, de 22 de novembro de 2010).

Art. 200. A gestão democrática do ensino se fará mediante a instituição do Conselho Municipal de Educação, órgão consultivo, deliberativo e fiscalizador do Sistema Municipal de Ensino, com suas atribuições, organização e composição definidas em lei municipal, de iniciativa do Prefeito, atendida a legislação federal. (NR dada pela Emenda nº 23, de 22 de novembro de 2010).

Parágrafo único. (Revogado pela Emenda nº 23, de 22 de novembro de 2010).

Art. 201. O Prefeito convocará anualmente Plenária da Educação, com ampla participação da comunidade, para avaliar a situação educacional do Município e fixar as diretrizes gerais da política da educação no Município.

Art. 202. O Município promoverá, anualmente, o recenseamento da população escolar e fará a chamada dos educandos.

Art. 203. O Município zelará, por todos os meios ao seu alcance, pela permanência do educando na escola.

Art. 204. O calendário escolar municipal será flexível e adequado às peculiaridades climáticas e às condições sociais e econômicas dos alunos, conforme definido pela Secretaria Municipal de Educação. (NR dada pela Emenda nº 23, de 22 de novembro de 2010).

Art. 205. Os currículos escolares serão adequados às peculiaridades do Município e valorizarão sua cultura e seu patrimônio histórico, artístico, cultural e ambiental, na forma estabelecida pela Secretaria Municipal de Educação. (NR dada pela Emenda nº 23, de 22 de novembro de 2010).

Art. 206. O Município aplicará, anualmente, nunca menos do que 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos e das transferências recebidas do Estado e da União, na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

Art. 206-A. Os recursos públicos poderão ser destinados a bolsas de estudos para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para aqueles que mostrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade. (Acrecentado pela Emenda nº 23, de 22 de novembro de 2010).

Art. 207. O Município publicará, na forma prevista no art. 118, desta Lei Orgânica, até 30 (trinta) dias após o encerramento do trimestre, informações completas sobre receitas arrecadadas e transferências de recursos destinados à educação e discriminadas por setor neste período.

Art. 207. O Município publicará, na forma prevista no artigo 118, desta Lei Orgânica, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada trimestre, informações completas sobre receitas arrecadadas e transferências de recursos destinados à educação e discriminadas por nível de ensino. (NR dada pela Emenda nº 23, de 22 de novembro de 2010).

Art. 208. O Município promoverá a valorização dos profissionais de ensino, garantindo, na forma da lei municipal, plano de carreira para magistério, piso salarial profissional e ingresso no magistério público por concurso público de provas e títulos.

Art. 209. O Município deverá estabelecer e implantar políticas de educação para a segurança do trânsito, em articulação com o Estado.

Podemos observar assim que o município não possui uma lei específica voltada para Educação Inclusiva, questionei a Diretora do Departamento Técnico Pedagógico da Rede Maria Luiza Pilotto que me informou que o Município se baseia em documentos do MEC, mas não especificou nenhum no momento, me forneceu então uma resolução da atribuição de salas de recurso.

Resolução nº. 125/2011 de 14 de fevereiro de 2011

Dispõe sobre a organização, formação e o processo de atribuição de aulas para salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) da rede Municipal de Itapetininga, para o ano de 2011.

O atendimento escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais far-se-á em classes comuns, com o apoio de serviços especializados, organizados em salas de AEE na própria unidade escolar, ou em unidades próximas, que possuam espaços e equipamentos para atender os alunos com necessidades educacionais especiais.

Resolve:

Artigo 1º - As salas de AEE atenderão alunos da Rede Municipal, da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos que apresentem necessidades educacionais especiais.

Artigo 2º - A sala de AEE contará com aulas a serem ministradas por professores efetivos, e os classificados do Processo Seletivo da Rede Municipal, em horário programado de acordo com as necessidades dos alunos e, em período diverso daquele em que o aluno frequenta a sala regular da própria escola, ou em unidade escolar diversa.

Parágrafo 1º - Os professores interessados em trabalhar com as salas de AEE deverão ter pelo menos uma das formações abaixo:

- Professor com especialização na área da educação especial ou correlata;
- Professor com capacitação ou formação mínima de 180 horas, na área da educação inclusiva;
- Professor cursando especialização, capacitação ou extensão na área de educação inclusiva.
- Professor com experiência em sala de aula comum com alunos com necessidades educacionais especiais ou sala especial.

Artigo 3º - Passa a funcionar, a partir de fevereiro do ano de 2011, 14 (quatorze) salas de Atendimento Educacional Especializado – AEE.

Capítulo I – da carga horária

Artigo 4º - A carga horária do professor de AEE será de 40 horas semanais assim distribuídas:

I – 25 (vinte e cinco) horas com aluno;

II – 05 (cinco) horas de HAC, sendo 02 (duas) horas presenciais na unidade escolar e/ou no SAEDI e 03 (três) horas em local de livre escolha;

III- 10 (dez) horas presenciais que serão cumpridas na unidade escolar, ou para formação em serviço, ou junto ao SAEDI para capacitação, estudo, organização de atividades, atendimento aos pais.

Cabe ressaltar que em pesquisa pude perceber que nenhum dos quatorze professores que trabalham em sala de AEE ou recurso possuem formação, se enquadrando no último item como professor com experiência em sala de aula comum com alunos com necessidades educacionais especiais ou sala especial.

Iniciei a pesquisa com os educandos, onde ficou claro que a maior dificuldade encontrada por eles dá-se no relacionamento com os educadores, pela falta de preparo desses professores para recebê-los em sala regular, as questões foram trabalhadas com os alunos do 2º ano, 4º ano e sala de recurso, pois os alunos do ensino infantil foram observados em sala, pois serem mais novos.

As questões trabalhadas com os alunos para debate foram as seguintes:

1) Você encontra ou encontrou dificuldades ao ser incluído no ensino regular? .

- 2) Quais as disciplinas que dificulta mais seu aprendizado?
- 3) Como é seu relacionamento com os colegas e professores?
- 4) Como você acha que a escola deveria ser?
- 5) Os professores estão preparados para ministrar aulas aos portadores de necessidades especiais?

<p>Aline com síndrome de Down com nove anos.</p> <p>1-Eu gostava mais da outra escola (sala especial), aqui a professora não liga pra mim e briga comigo o tempo todo, eu não consigo escrever na apostila.</p> <p>2-Não consigo aprender as letrinhas, a Pro fala e escreve tudo rápido, não consigo escrever tudo na minha atividade.</p> <p>3- Às vezes eu gosto da Pro, mas ela quase não fica comigo, às vezes fica brava porque eu não quero fazer as atividades, daí eu não gosto dela. Os amiguinhos brincam comigo, mas sempre bato porque me xingam e querem pegar meu brinquedo e o lápis cor de rosa.</p> <p>4-A escola deveria ter mais brinquedos de casinha e os colegas não brigarem mais comigo.</p> <p>5- Não gosto da aula, só das brincadeiras, a Pro fala muito alto me dá dor na cabeça.</p>	<p>Thales deficiente intelectual de oito anos</p> <p>1-Eu não gosto da escola, todo mundo fica quietinho e a professora briga comigo quando levanto, ninguém brinca comigo, queria ir em outra escola.</p> <p>2-Não gosto de escrever, só gosto de desenhar.</p> <p>3-A minha professora é brava comigo, toda hora me manda sentar e ficar quieto, mas quando eu estou bonzinho ela me agrada.</p> <p>4- A escola deveria ser cheia de doces e brinquedos.</p> <p>5-A pro não gosta de me ensinar porque não paro quieto, ela diz que assim não vou aprender.</p>	<p>Pedro deficiente auditivo de nove anos</p> <p>1-O aluno estudava em uma sala para deficiente auditivo e os pais optaram pela mudança, o aluno demonstrou inquietação no inicio, não brinca e nem interage com as crianças, segundo o aluno todos os colegas ficam longe dele com exceção do Thales que sempre quer brincar com ele, mas ele não gosta porque o Thales é bagunceiro e a professora fica brava com ele também.</p> <p>2-Não entender a aula, não consigo escutar e a Pro não faz sinais pra mim, entendo mais os números porque a Pro sempre traz pecinhas na minha mesa, para eu contar.</p> <p>3- Eu gosto da Pro, ela é boazinha pra mim, me coloca na frente e no primeiro lugar da fila, não gosto muito de brincar com as outras crianças, eles não me entendem e sempre acabam me machucando.</p> <p>4- Na escola deveria ter alguém para me ajudar a entender a aula da Pro.</p> <p>5- Não consigo entender a Pro, mas ela tenta me ensinar.</p>
<p>Pedro deficiente auditivo de 13 anos.</p> <p>1-Encontrei dificuldades sim, parecia que todo mundo estava dando risada de mim, e não conseguia entender a professora que era bem diferente comigo no começo.</p> <p>2-Não gosto muito das aulas de Língua-Portuguesa, não consigo entender muita coisa, as aulas de História e Geografia também não gosto, gosto mais da Matemática e de Artes.</p> <p>3- Gosto dos meus colegas no inicio</p>	<p>Carlos com Síndrome de Down de 12 anos.</p> <p>1-O aluno era frequentador da APAE em outra cidade, ao ser transferido para essa escola, teve dificuldades de adaptação, disse que a outra escola era mais legal.</p> <p>2- Não gosto de escrever, nem de ler, é bem difícil, gosto de contar e de números, também não gosto da aula da Profª Andréia de Educação Física</p>	

<p>elas ficavam longe, depois começaram a me ajudar com as tarefas, sempre procuram me entender, a Professora tenta me ajudar eu gosto dela.</p> <p>4-A escola deveria ser melhor, para me ajudar a professora deveria saber libras assim entenderia tudo o que ela fala.</p> <p>5-Eu acho que a professora deveria saber libras para poder me ensinar melhor.</p>	<p>ela é muito brava comigo.</p> <p>3- Eu gosto dos meus colegas, no começo não brincavam muito comigo, mas agora brincam e me ajudam, mas eu gostava mais dos amigos da outra escola e da outra Professora que me ajudava mais, nem ficava triste comigo quando eu não queria fazer nada.</p> <p>4-A escola deveria ter mais brinquedos para todo mundo, deveria ter brinquedos igual à outra escola, não deveria escrever só contar e desenhar.</p> <p>5-A professora da outra escola me ajudava mais e eu conseguia aprender tudo com ela, agora na aula que tem apostila não consigo fazer e a professora sempre fica brigando porque não consigo fazer tudo.</p>	
<p>Júlia autista de 9 anos.</p> <p>A aluna não respondeu as perguntas, a observei em todo contexto escolar, a aluna fica no seu cantinho, não participa de nada, e a professora sempre tem a mesma fala com ela "se você não quer aprender tenho mais trinta e nove para ensinar", na sala regular. Na sala de recurso o professor tenta fazer a interação dela com outras crianças, mas ela sempre se demonstra distante e nunca participa de nada.</p>	<p>Isabella deficiente intelectual de 7 anos.</p> <p>1-Eu gosto da escola, gosto da sala do profº Fabrício, não escrevemos quase nada , brincamos e desenhamos, sempre tem poucas crianças aqui.</p> <p>2- Não gosto de escrever, não consigo escrever todas letrinhas ainda, meus colegas já conseguem.</p> <p>3-Eu gosto dos colegas da sala do Professor Fabricio e do Professor Fabricio que sempre me ajuda.</p> <p>4-A escola deveria ser bem bonita, ter mais amigos para eu brincar e as tarefas deveriam ser sem precisar escrever.</p> <p>5-O professor tenta me ensinar, às vezes eu aprendo, às vezes não.</p>	<p>Pedro com Síndrome de Down de 10 anos.</p> <p>1- Não gosto da escola é tudo chato , não pode gritar nem correr.</p> <p>2-Não gosto de escrever nem ler é difícil, gosto de desenhar e pintar, gosto de contar com tampinhas.</p> <p>3-Eu não gosto muito da escola, os colegas brincam comigo, mas o Professor Fabricio sempre briga comigo, quando não faço tudo certinho.</p> <p>4- A escola deveria ter mais brinquedos, e ter um professor só pra me ensinar.</p> <p>5- O professor me ensina, mas não consigo entender e também não consigo fazer tudo ai ele sempre fica bem bravinho.</p>

Os educandos entrevistados relataram que a aceitação no grupo foi muito difícil, pois foi só com o passar do tempo é que os colegas de sala passaram a perceber que eles muitas vezes necessitavam de ajuda para realizarem as

atividades propostas pelo professor. Porém fica claro nessa questão o despreparo do professor que não modificou o seu currículo, a sua didática e as suas estratégias para atingirem todos os alunos sem distinção.

Em relação às disciplinas a maioria dos educandos acreditam que a matéria mais difícil para eles seria o Português muitas vezes pela falta de comunicação, dificultando a compreensão desses conteúdos, nas demais matérias os alunos relataram que possuem maior compreensão até mesmo por alguns professores trabalharem no concreto ou pela ajuda que recebem dos colegas de sala.

Devido os relatos dos educandos podemos perceber que as escolas ainda não estão preparadas para recebê-los, ou seja, não estão preparadas para a inclusão, desde o ambiente escolar que não é adequado até a capacitação dos professores para trabalharem com a diversidade e as necessidades especiais de cada aluno.

As questões trabalhadas com os professores para debate foram as seguintes:

- 1) Você recebe assessoramento para o desempenho de suas atividades pedagógicas em relação às crianças com deficiência?
- 2) Você reformulou o Currículo e a Metodologia para poder trabalhar com essa criança na Inclusão?
- 3) Você tem facilidade de se comunicar com essa criança com deficiência ? E os colegas?
- 4) O seu ambiente de trabalho está de acordo com a Metodologia aplicada?
- 5) Como você analisa o papel da família nesse processo educacional?

Professor	QUEST.1	QUEST.2	QUEST.3	QUEST.4	QUEST.5
Flávia Barbosa 32 anos Professora: efetiva	Não, uma vez ou outra o assunto é comentado em reunião de Hac.	Não, mas procuro adaptar as atividades.	Não, principalmente com a deficiente auditiva, a comunicação é muito difícil.	Acredito que sim, pois tento fazer o melhor que posso.	O papel é fundamental.
Profª Regina Bodo de 47 anos com vinte anos efetiva	Não, já fui atrás do SAEDI, mas ainda não obtive resposta.	Não, mas sempre adapto as atividades para esses alunos.	Não, me sinto frustrada ao trabalhar com o deficiente visual, me sinto impotente e que poderia ajudá-lo	Acho que não, pois ainda falta estrutura tanto física quanto profissional.	A presença dos pais é muito importante para todos os envolvidos no processo de ensino /

			mais.		aprendizagem.
Michele Aguiar de 34anos, professora efetiva	Não.	Não, a escola não nos orientou quanto a isso.	Não, tenho mais dificuldade de comunicação com o Pedro, sinto que ele também sente isso.	O ambiente escolar ainda falta ser estruturado para trabalhar com esses alunos.	O interesse dos pais e participação é muito importante.
Prof ^a Cláudia Viana de 46 anos professora eventual.	Não, temos o HAC, e algumas reuniões pedagógicas, mas nunca uma formação.	Não, trabalho de acordo com as necessidades que vão surgindo em sala.	Tento me comunicar com todos, mas sinto que a dificuldade existe.	Eu creio que o ambiente não favorece, sei que precisamos rever tudo isso.	O envolvimento dos pais nesse processo é fundamental para o crescimento de todos.
Prof ^o Fabrício Soares de 26 anos, trabalha com sala de recurso	Não, somente o A e algumas reuniões pedagógicas.	Não, mas penso no aluno e procuro adaptar as atividades.	Tento me aproximar de todos, mas sei que não consigo atingir a todos.	No contexto que trabalho, acredito sim que o ambiente está adequado a metodologia trabalhada.	Sem dúvida a participação dos pais é de extrema importância.

Os professores entrevistados relataram que não possuem uma formação adequada para esse trabalho, não participam de estudos e formação específica só de uma reunião semanal denominada HAC (hora atividade coletiva), com duas horas de duração, mas que se trata da formação geral, nada específico para educação inclusiva, portanto sendo insuficientes para o trabalho em sala de aula. O currículo não foi reformulado e a metodologia utilizada depende do professor, alguns demonstraram que se esforçam e tentam modificar a metodologia para alcançar esses alunos, porém se torna insuficiente, pois o currículo deveria ser reformulado, a formação desse professor deveria acontecer, entre outras coisas que seriam fundamentais para o sucesso da inclusão.

A dificuldade maior segundo os educadores acontece quando possuem alunos com deficiência auditiva e visual, pois esses profissionais não possuem habilidades (linguagem de sinais/braille) para que aconteça a interação entre alunos e professores.

Percebe-se que existem vários fatores que dificultam o trabalho desse docente entre eles a falta de estrutura escolar e a falta de formação adequada para que o seu trabalho seja efetivo e alcance todos os alunos com necessidades especiais ou não.

Sabemos que esse professor deve ir à busca de conhecimentos, esse professor deve estar preparado para atuar de forma interdisciplinar e em todos os segmentos de serviços prestados a esse alunado, como salas comuns do ensino regular, sala de recursos, centros de atendimentos educacional especializado, classes hospitalares, enfim onde houver necessidade e serviços na área de educação especial.

Todos os professores relataram que a participação dos pais na vida escolar desses alunos é extremamente importante em todas as situações com alunos com necessidades especiais ou não.

Já o professor Fabrício que atende a sala de recursos demonstrou mais credibilidade em seu trabalho, esses alunos frequentam a sala normal e faz uma hora e meia diária de atendimento nessa sala com atividades voltadas para o seu desenvolvimento em grupos com deficiências semelhantes, mas mesmo assim pude perceber que o professor não possui formação adequada e preparo para trabalhar com essas crianças.

A Rede Municipal conta hoje com quatorze salas de recurso, que atendem setenta e três escolas da Rede Municipal em períodos alternados ao da sala regular. Pesquisando o contexto pude perceber que nenhum dos professores dessas salas possuem especialização em educação especial, possuem uma formação em serviço dada pelo SAEDI (equipe de apoio formada por uma coordenadora, uma psicóloga e uma fonoaudióloga), mas nenhuma especialização, o que a meu ver limita o trabalho realizado nessas salas de recurso.

Coloquei as falas de cinco pais que acredito que foram as mais marcantes da minha pesquisa.

As questões trabalhadas com os pais para debate foram as seguintes:

- 1) Como você vê o processo de inclusão para criança portadora de necessidades especiais no Ensino Regular?
- 2) Como é realizado o relacionamento da família com a criança especial?
- 3) Quais as dificuldades encontradas no processo de “inclusão” de seu filho? Há um bom atendimento?
- 4) Você acha que a “inclusão” desta criança traz benefícios para o mesmo?
- 5) Como você percebe o relacionamento de seu filho na escola, com o (a) professor (a) e com os colegas?

Pais	QUEST.1	QUEST.2	QUEST.3	QUEST.4	QUEST.5
Mãe: Maria 33anos	No começo foi mais difícil, a professora não sabe libras o que me deixava preocupada.	Existe um bom relacionamento com toda a família.	Sinto que a minha filha se sente diferente em sala de aula.	Acredito que traz o benefício do convívio com as outras crianças e com todos da escola.	Às vezes percebo que ela se isola e ainda sente resistência em relação à professora.
Pai: Paulo 39 anos	Foi bem difícil no começo, meu filho é cadeirante, percebíamos o olhar diferente para ele.	Todos da família adoram meu filho e ele gosta de todos.	Acredito que o atendimento poderia ser melhorado, o professor fazer reuniões, partilhar mais com a família.	Benefícios trazem sim, meu filho está participando normalmente da sala com outras crianças.	O que pude perceber ele gosta dos colegas e tem ajuda deles em muitos momentos, da professora ele sempre fala que gosta muito dela.
Mãe: Cláudia 35 anos	Acredito que foi mais difícil no começo, mesmo hoje ele acostumado com a escola, ainda sinto que ele é excluído do geral.	Todos cuidam e acolhem meu filho e ele se dá bem com toda família.	O atendimento poderia ser melhor na teoria tudo é lindo, mas na prática é tudo diferente.	Sempre vejo tudo pelo lado positivo e estou feliz por meu filho estar na escola.	Por ser agitado sempre reclama que brigam com ele e fala que a professora é brava.
Pai: Leandro 39 anos	Toda mudança é difícil e essa inclusão está sendo difícil para todos nós, pais, alunos e professores.	Existe um ótimo relacionamento e estrutura familiar.	Acredito que tudo pode ser modificado para melhor e nesse caso o professor deveria ser melhor preparado para ensinar nossos filhos.	O maior benefício é ele estar tendo o convívio com todas as crianças normais ou não.	Hoje ele gosta dos colegas, mas reclama que não consegue fazer as atividades e a professora fica brava com ele.
Mãe: Olivia 35 anos	A inclusão é boa, pois está dando oportunidade para o meu filhinho ficar perto de outras crianças.	O relacionamento com todos da família é muito bom.	A sala poderia ter menos crianças, porque vejo que são muitas para uma única professora.	O meu filho está mais calmo depois que entrou na escola.	Ele fala que gosta de brincar com os coleguinhas e gosta da professora também.

Segundo relatos da família, esse processo inicialmente trouxe bastante problema para os portadores de necessidades especiais principalmente os surdos, pelo despreparo profissional já que estes precisam de uma comunicação específica, ou seja, o professor deveria pelo menos ter um mínimo de conhecimento sobre a língua de sinais (LIBRAS), para que houvesse um melhor relacionamento e entendimento entre professores e alunos.

Segundo os pais os alunos possuem um bom relacionamento com a família, já com os professores e colegas ainda apresentam certas dificuldades, pois ainda se sentem “diferentes” ou até mesmo isolados na sala de aula regular.

Sabe-se que esse processo terá melhores êxitos, no momento em que os profissionais da educação se qualifiquem e capacite-se para atender essa clientela que requer atendimento específico, como por exemplo, no caso da surdez severa ou paralisia cerebral.

Analizando as falas dos alunos, professores e familiares fica claro que o princípio democrático da educação para todos só se evidencia nos sistemas educacionais que se especializam para todos os alunos, não para apenas alguns deles como reporta uma das mães que participaram da entrevista, na teoria está tudo muito lindo, satisfatório já na prática as coisas não acontecem como deveriam acontecer.

Analizando a situação existente nas escolas pesquisadas, pode-se constatar que existem alunos de inclusão em salas regulares, mas que a dificuldade de adaptação tanto para o professor quanto para os alunos e colegas é grande.

Mesmo com todas as leis a favor da inclusão, observa-se que o sistema educacional não se estruturou para oferecer esse serviço educacional, as pessoas com deficiência em geral. Já que a inclusão não é de interesse apenas dos alunos com deficiência, uma vez que ao inserirmos este educando na escola regular estar-se exigindo da instituição novos posicionamentos e procedimentos de ensino baseados em concepções e práticas pedagógicas mais evoluídas, além de mudanças na atitude de professores, modos de avaliação e promoção dos alunos para séries e níveis de ensino mais avançados.

Mantoan (1997) discute a importância de cada profissional da educação respeitar a individualidade de cada educando. E perceber que no ambiente escolar há fatores determinados que objetivam trocas de valores sociais, culturais e

intelectuais, que devem ser levados em consideração pelos educadores e gestores da instituição escolar.

A inclusão é igualmente um motivo que força o aprimoramento da capacitação profissional dos professores em serviços e que questiona a formação dos educandos.

Nas escolas aqui investigadas, observa-se a falta de preparo pedagógico do professor para atender essa clientela, pois os cursos de formação para o magistério até mesmo de Pedagogia não fornecem uma fundamentação teórica nem prática para o exercício da função referente a esse processo. Nesse caso, o professor de classe regular necessita de acompanhamento do especialista para minimizar a sua angústia.

Dessa forma, torna-se necessária uma preparação prévia desse professor, a redução de números de alunos por turma, uma estrutura física adequada e o apoio especializado de fato ao docente regular, um acompanhamento permanente aos pais e uma campanha de conscientização com a comunidade sobre a problemática da inclusão em classe regular. Sendo assim a Inclusão um fato e sua proposição é fruto de um objetivo maior, que é o ensino de qualidade para todos, independentemente de suas potencialidades e limitações.

5. CONCLUSÃO

A inclusão vivida atualmente propõe um olhar diferente sobre as necessidades especiais. No Brasil contamos com políticas de inclusão como a LDB e a Constituição de 1988 além de documentos internacionais, todos destacando o atendimento aos alunos portadores de necessidades educacionais especiais preferencialmente em classes regulares em todos os níveis e modalidades de ensino.

Sendo assim a educação atual trazem um grande desafio de ressignificar suas práticas. Como cita Skliar (2000), a educação das crianças especiais é um problema, como também o da educação de classes populares, a educação rural, a das crianças de rua, a dos presos, dos indígenas, dos analfabetos etc. Em todos esses grupos existe uma especificidade que os diferencia, mas há também um fator comum que os torna semelhantes, trata-se daqueles grupos que são tidos como minoria que sofrem um processo semelhante de exclusão da educação.

Para a inclusão acontecer é necessário e urgente entender as especificidades dos educandos, significa olhar o outro da perspectiva do humano, algo que todos nós somos.

Mas infelizmente observa-se a falta de preparo pedagógico do professor para atender essa clientela, pois os cursos de formação para o magistério ou Pedagogia não fornecem uma fundamentação teórica nem prática para o exercício da função referente a esse processo. Nesse caso, o professor de classe regular necessita de acompanhamento do especialista para minimizar a sua angústia.

O propósito maior a respeito da educação inclusiva deve ser rever as práticas escolares com o foco no ser humano, e, se a isso os envolvidos se dispuserem então a inclusão verdadeiramente acontecerá.

Portando a inclusão deve nos levar à conclusão de que a proposta maior da educação é a constituição de uma sociedade mais igualitária, mais solidária e, portanto, comprometida com o seu propósito mais significativo: a escola sai em busca de modificações estruturais, além de criar uma nova política educacional, onde a Inclusão tem papel de destaque

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AINSCOW, G. Porter e M. Wang, ***Caminhos para as escolas inclusivas.*** Lisboa: Instituto de Inovação Educacional
- ALARCAO, Isabel (Org.). ***Escola reflexiva e nova racionalidade.*** Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
- BUENO, José Geraldo Silveira. ***Educação especial brasileira: integração segregação do aluno diferente.*** S.P: Cortez, 1993.
- BRASIL. Constituição (1988). ***Constituição da Republica Federativa do Brasil.*** Brasília: Centro Gráfico do Senado, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. ***Plano decenal de educação para todos.*** Brasília: MEC/SEF, 1993.
- BRASIL. Ministério da Educação. ***Política Nacional da Educação Especial.*** Brasília: MEC/SEESP, 1994.
- BRASIL. Lei nº. 9394/96. ***Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.*** São Paulo. Editora do Brasil, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Lei nº 10.172. ***Plano Nacional de Educação.*** Brasília, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão: Revista da Educação especial/secretaria de Educação Especial. v.1, n.1(out. 2005)- Brasília: secretaria de Educação Especial, 2005
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. MEC/SEESP, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº. 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela portaria nº948, de 9 de outubro de 2007. MEC/SEESP, 2007.

CÉSAR, M. (2003). *A escola inclusiva enquanto espaço-tempo de diálogo de todos para todos*. In David Rodrigues (org.), *Perspectivas sobre a inclusão. Da educação à sociedade*. Porto: Porto Editora.

COLL, César, PALACIOS, Jesús & MARCHESI, Álvaro (organizadores). *Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CORREIA, L. (2001). *Educação inclusiva ou educação apropriada?* In D. Rodrigues (org.), *Educação e diferença. Valores e práticas para uma educação inclusiva*. Porto: Porto Editora.

DAL FORNO, Josiane Pozzatti; OLIVEIRA, Valeska Fortes de. *Ultrapassando barreiras: professoras diante da inclusão*. 2005. Monografia (Especialização em Educação Especial) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2005.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais. Brasília: s.l., 1994

FARAH, I.M.; PAGNANELLI,N. *Somos todos iguais*. São Paulo: Menon-Edições Científicas, 1998.

FELTRIN, Antonio Efro. *Inclusão Social na Escola: quando a pedagogia se encontra com a diferença*. São Paulo: Paulinas, 2004

FERREIRA, Cláudia Linhares Lucas *O papel do professor na educação inclusiva*. São Paulo: 1998

FINGER, M. (Orgs.) *O método (auto) biográfico e a formação*. Lisboa: Ministério da Saúde, Departamento dos Recursos Humanos da Saúde, 1988. p. 35-50.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996

GLAT, Rosana. **A integração dos excepcionais: realidade ou mito? Mensagem da APAE**, p.11-14, 1988.

HEGARTY, S. (2005). **Inclusão e educação para todos: parceiros necessários**. In D. Rodrigues (ed.), *Educação Inclusiva. Estamos a fazer progressos?* Lisboa: FMH Edições.

JOVER, Ana. **Inclusão: qualidade para todos**. Revista Nova Escola, São Paulo, v.14, n. 123, p.3-13, jun.1999.

M. & FERREIRA, W. (2003). **Compreendendo a educação inclusiva. Algumas reflexões sobre experiências internacionais**. In David Rodrigues (org.), *Perspectivas sobre a inclusão. Da educação à sociedade*. Porto: Editora

MANTOAN, Maria Tereza Èglér. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: W V A, 1997. p. 120.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Todas as crianças são bem-vidas à escola**. Disponível em: <http://www.pro-inclusao.org.br/textos.html>. Acesso: dia 20/06/08.

MAZZOTA, Marcos. **Educação Especial no Brasil: histórias e políticas públicas**. Cortez editora e livraria LTDA, 5º ed, 2005.

MAZZOTA, M. J. De S. **Inclusão e Integração ou chaves da Vida Humana**. Anais do Congresso ibero-americano de Educação Especial. Brasília: Editora Qualidade, 1998. p. 48-53.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Brasil adotará documento da ONU sobre pessoas com deficiência**. DF: MEC 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Projeto Educar na Diversidade**. DF: MEC 2008.

.MITTLER, 2003. **Infância na creche. Um olhar inclusivo**. www.conteudoescola.com.br

PACHECO, José et al. (org.). **Caminhos para a inclusão: um guia para aprimoramento da equipe escolar.** Porto Alegre: Artmed, 2006

PESSOTTI, Isaías. **Deficiência mental: da superstição a ciência.** São Paulo: Edusp. 1984

POPPER, 2000. **Infância na creche. Um olhar inclusivo.**
www.conteudoescola.com.br

PORTER, G. & WANG, M. (1997). **Caminhos para as escolas inclusivas.** Lisboa: Instituto de Inovação Educacional (textos originais em inglês, apresentados em Salamanca, 1994).

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, v. 15, Mai.-Ago. 2009.

RODRIGUES, D. (2001) (org.). **Educação e diferença. Valores e práticas para uma educação inclusiva.** Porto: Porto Editora.

RODRIGUES, D. (2003). Educação inclusiva. As boas e as más notícias. In David Rodrigues (org.), **Perspectivas sobre a inclusão. Da educação à sociedade.** Porto: Porto Editora.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão, construindo uma sociedade para todos.** RJ: WVA, 1997.

SCOTTI, Annette Rabelo. **Adaptação curricular na inclusão.** Integração. Ano 9, nº 21, p. 19-20, 1999.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. **Trabalho pedagógico na diversidade (adversidade?) da sala de aula.** Cadernos Cedes, 1989

STAINBACK, Susan & STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002.

TARDIF, M. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas

consequências em relação à formação para o magistério. *Revista Brasileira de Educação*, n. 13, p. 5-24, jan/fev/mar/abr. 2000.

THOMAS, G., WALKER, D. & WEBB, J. (1998). *The making of the inclusive school*. London: Routledge.

WARWICK, C. (2001). *O apoio às escolas inclusivas*. In D. Rodrigues (org.), *Educação e diferença. Valores e práticas para uma educação inclusiva*. Porto: Porto Editora.

WERNECK, Cláudia. *Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

WILSON, J. (2000). *Doing justice to inclusion*. *European Journal of Special Needs Education*, 15, 3, 297-304.

APÊNDICES

A – Entrevista:

ENTREVISTA COM OS ALUNOS

- 1) Você encontra ou encontrou dificuldades ao ser incluído no ensino regular? .
- 2) Quais as disciplinas que dificulta mais seu aprendizado?
- 3) Como é seu relacionamento com os colegas e professores?
- 4) Como você acha que a escola deveria ser ?
- 5) Os professores estão preparados para ministrar aulas aos portadores de necessidades especiais?

ENTREVISTA COM OS PROFESSORES

- 1) Você recebe assessoramento para o desempenho de suas atividades pedagógicas em relação às crianças com deficiência?
- 2) Você reformulou o Currículo e a Metodologia para poder trabalhar com essa criança (deficiente) na Inclusão?
- 3) Você tem facilidade de se comunicar com essa criança com deficiência ? E os colegas?
- 4) O seu ambiente de trabalho está de acordo com a Metodologia aplicada?
- 5) Como você analisa o papel da família nesse processo educacional?

ENTREVISTA COM A FAMÍLIA

- 1) Como você vê o processo de inclusão para criança portadora de necessidades especiais no Ensino Regular?
- 2) Como é realizado o relacionamento da família com a criança especial?
- 3) Qual as dificuldades encontradas no processo de “inclusão” de seu filho? Há um bom atendimento?
- 4) Você acha que a “inclusão” desta criança traz benefícios para o mesmo?
- 5) Como você percebe o relacionamento de seu filho na escola, com o (a) professor (a) e com os colegas?